Maria Cristina Ferreira da Silva Henriques, Escrivã Auxiliar do Tribunal de Comarca de Viseu — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal de Comarca de Tondela.

Inicio de Funções: 2 dias

30 de Outubro de 2009. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida Esteves.*

202550993

Despacho (extracto) n.º 24816/2009

Por despacho do Subdirector-Geral de 28 de Outubro de 2009, por delegação da Directora-Geral (DR 2.ª série, n.º 159 de 20-08-2007):

José Manuel Silva Ribeiro, escrivão-adjunto do Tribunal de Comarca de Silves — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal de Comarca de Angra do Heroísmo;

Carlos Francisco Fama de Cristo, escrivão-adjunto do Tribunal Comarca de Angra do Heroísmo — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal de Comarca de Silves.

Início de funções: 5 dias

2 de Novembro de 2009. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida.*

202548944

Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I. P.

Aviso n.º 20367/2009

Concurso externo de ingresso na carreira de especialista de informática

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que por deliberação de 2 de Novembro de 2009 do Conselho Directivo do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I. P., após despacho favorável do Secretário de Estado da Administração Pública n.º 957/2009/SEAP, de 22.07.2009 e do Ministro do Estado e das Finanças Despacho n.º 531/09/MEF, de 30.07.2009, se encontra aberto concurso externo de ingresso, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso, destinado ao preenchimento de 8 (oito) postos de trabalho, na carreira (não revista) de especialista de informática, do Grau 1, Nível 2, do mapa de pessoal do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I. P.

O presente recrutamento foi precedido de parecer prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas Finanças e pela Administração Pública, de modo a possibilitar o recrutamento, não apenas de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, mas também de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

2 — Legislação aplicável: o presente concurso rege-se pelos seguintes diplomas:

Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho
Portaria 358/2002, de 3 de Abril
Código do Procedimento Administrativo
Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro

3 — Prazo de validade: o presente concurso tem a validade de um ano.

4 — Descrição sumária das funções e número de postos por função e área funcional:

Referência 1 — 4 postos de trabalho de especialista de informática na área funcional de engenharia de *software,* para exercer funções de análise de requisitos de concepção lógica dos sistemas de informação, de projecção, desenvolvimento e documentação das aplicações e programas informáticos, assegurando a sua integração nos sistemas de informação existentes e compatibilidade com as plataformas tecnológicas utilizadas no Instituto tais como NET, Java, XML e ferramentas associadas, Web Services, e ainda exercer funções de colaboração na formação e apoio aos utilizadores, bem como de gestão e administração de bases de dados existentes como SQL Server e Oracle, e sistemas operativos Windows e Linux,

Referência 2 — 2 postos de trabalho de especialista de informática na área funcional de infra-estruturas tecnológicas, designadamente no planeamento, implementação e administração de servidores, dispositivos de armazenamento de informação, dispositivos de segurança e *software* base (sistemas operativos, middleware, *software* comercial, etc.), monitorização e suporte dos serviços sob a responsabilidade do Instituto;

Referência 3 — 1 posto de trabalho de especialista de informática na área funcional de infra-estruturas de comunicações, designadamente de administração de redes de dados, com particular incidência na área da Telefonia IP;

Referência 4 — 1 posto de trabalho de especialista de informática na área funcional de infra-estruturas de comunicações, designadamente na administração de redes de dados, com particular incidência na componente de segurança.

5 — Local de trabalho: Instalações do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça (ITIJ)), sitas na Avenida Casal Ribeiro n.º 16, LISBOA, Telefone (+351) 21 318 90 00, Fax (+351) 21 350 60 23.

6 — Remuneração e condições de trabalho: Tendo em consideração o disposto no artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o posicionamento remuneratório do trabalhador recrutado numa das posições remuneratórias relativas ao grau e nível para o qual é aberto o concurso, é objecto de negociação com a entidade empregadora pública (ITIJ, I. P.) e terá lugar imediatamente após o termo do concurso, sendo as condições de trabalho e as regalias as genericamente previstas para a Administração Pública.

7 — Condições gerais e especiais de admissão:

7.1 — São condições gerais de admissão as previstas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7.2 — São condições especiais de admissão a detenção de Licenciatura no domínio da informática, nos termos da alínea *b*), do n.º 2 do artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 11 de Julho.

8 — Métodos de selecção:

Referência 1 — Na referência 1 os métodos de selecção de selecção a utilizar são a prova de conhecimentos específicos com carácter eliminatório e a entrevista profissional de selecção.

Referência 2 — Na referência 2 os métodos de selecção são a prova de conhecimentos específicos, com carácter eliminatório, a avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

Referência 3 — Na referência 3 os métodos de selecção de selecção a utilizar são a prova de conhecimentos específicos com carácter eliminatório e a entrevista profissional de selecção.

Referência 4 — Na referência 4 os métodos de selecção de selecção a utilizar são a prova de conhecimentos específicos com carácter eliminatório e a entrevista profissional de selecção

8.1 — Prova de conhecimentos — a prova de conhecimentos específicos, elaborada de acordo com o despacho conjunto n.º 166/2003, da Directora-Geral da Administração Pública e do Secretário de Estado da Justiça, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 41, de 18 de Fevereiro, revestirá a forma escrita, terá a duração de 1 hora e incidirá sobre os seguintes temas:

Referência 1 — Arquitectura e planeamento de sistemas de informação; Análise e concepção de sistemas; Programação de sistemas; Linguagem de modelação de sistemas; Técnicas e linguagens de programação; Sistemas de gestão de bases de dados.

Referência 2 — Administração de Sistemas.

Referência 3 — Infra-estruturas, telecomunicações e redes de comunicação; Administração de redes locais.

Referência 4 — Infra-estruturas, telecomunicações e redes de comunicação; Administração de redes locais; Segurança de sistemas, de dados e de redes de comunicações.

8.2 — Bibliografia/Legislação necessária à realização das provas de conhecimentos:

Referência 1 — Para a referência 1 indica-se a seguinte bibliografia:

Engenharia de Software

Software Engineering: Theory and Practice, Shari Lawrence Pfleeger, 2001, Prentice Hall

OMG, The Object Management Group, 2009, http://www.omg.org/

Modelação

A Practical Guide to SysML: The Systems Modeling Language, Sanford Friedenthal, Alan Moore, Rick Steiner, 2008, Morgan Kaufmann

Sistemas Distribuídos

Distributed Systems: Concepts and Design, George Couloris, Jean Dollimore, Tim Kindberg, 2001, Addison -Wesley

Programação com Objectos

Thinking in Java, Eckel, 2003, Prentice Hall